



MUNICÍPIO DE JAGUARÉ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
CONTAS DE GOVERNO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2021

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados alcançados pelo Município de Jaguaré no exercício de 2021, constituindo-se parte integrante da Prestação de Contas Anual – Contas de Governo a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 120 da Lei Orgânica do Município de Jaguaré, c/c o Capítulo II, art. 13, Anexo III, da Instrução Normativa TCEES nº 68 de 08/12/2020.

Este relatório foi elaborado em conformidade com as normas de Direito Financeiro estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, com as diretrizes fixadas pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Instrução Normativa TCEES nº 68/2020 e suas alterações, e demais legislações aplicadas, a serem adotadas pelos órgãos e entidades da administração pública municipal, para o exercício financeiro de 2021.

Os dados para elaboração do Balanço foram obtidos da escrituração efetuada pelo Órgão Central de Contabilidade do Município.

Por fim, este relatório tem como objetivo oferecer subsídios essenciais à análise e verificação dos atos decorrentes da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Fiscal deste ente, de suas fontes e destinação de recursos, bem como de seus resultados.

PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS

A execução orçamentária do exercício de 2021, bem como os demais eventos contábeis, foram realizados em consonância com as Normas e Princípios de Contabilidade Pública, bem como os demais dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:

- Lei Federal nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública;
- Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na Gestão Fiscal;
- Lei Orgânica do Município de Jaguaré.

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

No que se refere aos critérios contábeis, destacamos a seguir aqueles que nortearam a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município de Jaguaré, para fins de apuração dos resultados contábeis: o exercício financeiro coincide com o ano civil e o regime contábil adotado é o misto, com as receitas contabilizadas pela arrecadação e a despesa pelo empenho; as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de 2021 foram inscritas em restos a pagar, distinguindo-se os processados dos não processados; os ativos patrimoniais móveis foram incorporados ao patrimônio pelo custo de aquisição, sem atualização monetária ou depreciação, com inventário e conferência do patrimônio físico; os bens de almoxarifado foram avaliados pelo preço médio ponderado do estoque, com conferência do estoque físico; a utilização do superavit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior para concessão de créditos suplementares no exercício em referência, nos termos do inciso I, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64; a utilização do excesso de arrecadação apurado em Balanço Orçamentário do exercício para concessão de créditos suplementares, nos termos do inciso II, § 1.º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Do Orçamento

A Lei Orçamentária compreende o Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público, e o Orçamento da Seguridade Social que abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados.

O Orçamento do Município de Jaguaré, para o exercício de 2021, instituído pela Lei Municipal nº 1.538, de 16 de dezembro de 2020, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 101.161.790,00 (cento e um milhões, cento e sessenta e um mil e setecentos e noventa reais), já deduzidos os valores da receita para formação do FUNDEB.

Ao final do exercício a receita realizada foi de R\$ 143.090.366,41 (cento e quarenta e três milhões, noventa mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos),

evidenciando uma arrecadação 41,45% maior que a prevista. A despesa empenhada atingiu a cifra de R\$ 121.189.836,69 (cento e vinte e um milhões, cento e oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos), gerando um superavit de execução orçamentária de R\$ 21.900.529,72 (vinte e um milhões, novecentos mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos).

Receita Arrecadada	143.090.366,41
Despesa Empenhada	121.189.836,69
Superavit Orçamentário	21.900.529,72

Quadro 01 – Superavit Orçamentário

Da Execução da Receita

A execução da Receita no decorrer do exercício apresentou o seguinte comportamento.

Receitas Orçamentárias	Prevista	Realizada	%
Receitas Correntes	99.509.790,00	133.379.677,98	93,21%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.254.444,00	9.914.288,46	6,93%
Impostos	7.123.444,00	8.735.584,25	6,10%
Taxas	1.081.000,00	1.110.820,21	0,78%
Contribuição de Melhoria	50.000,00	67.884,00	0,05%
Contribuições	1.400.000,00	1.482.377,32	1,04%
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.400.000,00	1.482.377,32	1,04%
Receita Patrimonial	485.276,00	1.051.701,05	0,73%
Valores Mobiliários	485.276,00	1.051.701,05	0,73%
Receita de Serviços	3.262.500,00	3.535.338,58	2,47%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	15.000,00	3.324,94	0,00%
Outros Serviços	3.247.500,00	3.532.013,64	2,47%
Transferências Correntes	86.073.070,00	117.193.446,57	81,90%
Transferências da União e Suas Entidades	35.242.967,00	56.543.136,40	39,52%
Transferências dos Estados e do DF e Suas Entidades	26.830.103,00	31.995.497,07	22,36%
Transferências de Outras Instituições Públicas	24.000.000,00	28.654.813,10	20,03%
Outras Receitas Correntes	34.500,00	202.526,00	0,14%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	27.000,00	190.602,47	0,13%
Demais Receitas Correntes	7.500,00	11.923,53	0,01%
Receitas de Capital	1.652.000,00	9.710.688,43	6,79%
Operação de Crédito	0,00	3.097.550,64	2,16%
Operação de Crédito – Mercado Interno	0,00	3.097.550,64	2,16%
Alienação de Bens	1.000,00	8.000,00	0,01%

Alienação de Bens Móveis	1.000,00	8.000,00	0,01%
Transferências de Capital	1.651.000,00	6.605.137,79	4,62%
Transferências da União e Suas Entidades	1.651.000,00	2.313.573,57	1,62%
Transferências dos Estados e do DF e Suas Entidades	0,00	4.291.564,22	3,00%
Outras Receitas de Capital			
Total das Receitas	101.161.790,00	143.090.366,41	100,00%

Quadro 02 – Receitas

Da Execução da Despesa

A execução da Despesa no decorrer do exercício apresentou o seguinte comportamento.

Despesas Orçamentárias	Fixada	Empenhada	Liquidada	Paga
Despesas Correntes	92.248.471,41	111.055.883,81	106.056.930,46	102.210.003,77
Pessoal e Encargos Sociais	51.394.486,03	56.909.133,26	56.811.976,66	53.573.684,95
Juros e Encargos da Dívida	392.000,00	214.354,04	203.548,87	203.548,87
Outras Despesas Correntes	40.461.985,38	53.932.396,51	49.041.404,93	48.432.769,95
Despesas de Capital	7.987.602,38	10.133.952,88	6.956.131,81	6.624.628,42
Investimentos	7.495.540,59	9.736.727,68	6.611.548,75	6.280.045,36
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida	492.061,79	397.225,20	344.583,06	344.583,06
Reserva de Contingência	925.716,21			
Total das Despesas	101.161.790,00	121.189.836,69	113.013.062,27	108.834.632,19

Quadro 03 – Despesas por Categoria Econômica

A execução da Despesa realizada por Função encontra-se no quadro a seguir.

Despesas Orçamentárias	Fixada	Empenhada	Liquidada	Paga
Legislativa	3.700.000,00	3.603.777,12	3.251.729,71	3.194.013,74
Administração	7.548.532,00	8.580.874,85	8.175.820,73	8.116.257,12
Assistência Social	6.659.120,00	6.517.770,61	5.660.517,61	5.617.403,26
Saúde	21.204.199,00	28.781.140,52	27.738.838,27	27.587.189,36
Trabalho	901.000,00	1.543.232,35	1.448.695,31	1.448.695,31
Educação	37.067.761,00	43.013.263,29	40.701.963,71	37.819.703,04
Cultura	844.000,00	917.591,81	893.940,47	881.320,66
Direitos da Cidadania	102.000,00	124.636,48	15.998,11	15.998,11
Urbanismo	5.999.200,00	7.348.371,40	5.595.857,19	5.253.410,39
Saneamento	12.134.000,00	14.695.815,54	14.021.591,21	13.416.605,82
Gestão Ambiental	496.200,00	572.559,61	435.570,99	431.566,89

Agricultura	1.073.500,00	3.058.365,44	2.759.141,20	2.750.847,92
Indústria	2.000,00			
Comércio e Serviços	218.500,00	150.663,41	123.193,79	122.231,18
Desporto e Lazer	1.211.000,00	1.081.917,75	1.053.794,77	1.042.980,19
Encargos Especiais	1.075.061,79	1.199.856,51	1.136.409,20	1.136.409,20
Reserva de Contingência	925.716,21			
Total das Despesas	101.161.790,00	121.189.836,69	113.013.062,27	108.834.632,19

Quadro 04 – Despesas por Função

Dos Restos a Pagar

O montante de Restos a Pagar Inscritos no exercício de 2021 é de R\$ 12.355.204,50 (doze milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quatro reais e cinquenta centavos), sendo R\$ 8.176.774,42 (oito milhões, cento e setenta e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) Restos a Pagar Não Processados e R\$ 4.178.430,08 (quatro milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e trinta reais e oito centavos), Restos a Pagar Processados.

Inscrição em Restos a Pagar	
Restos a Pagar Não Processados (I)	8.176.774,42
Despesa Empenhada	121.189.836,69
(-) Despesa Liquidada	113.013.062,27
Restos a Pagar Processados (II)	4.178.430,08
Despesa Liquidada	113.013.062,27
(-) Despesa Paga	108.834.632,19
Total de Restos a Pagar Inscritos em 31/12/2021 (I + II)	12.355.204,50

Quadro 05 – Inscrição em Restos a Pagar

GESTÃO FINANCEIRA

O Balanço Financeiro demonstra a receita e despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária ocorridos no exercício, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício de 2021, assim pode ser demonstrada.

Balanco Financeiro			
Ingressos		Dispêndios	
Orçamentários	143.090.366,41	Orçamentários	121.189.836,69
Extraorçamentários	28.228.369,31	Extraorçamentários	20.346.325,91
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Saldo do exercício anterior	26.464.020,92	Saldo para o exercício seguinte	56.246.594,04
Total	197.782.756,64	Total	197.782.756,64

Quadro 06 – Balanço Financeiro

GESTÃO PATRIMONIAL

Do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades de Bens, Direitos e Obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade, o Patrimônio Líquido.

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o Patrimônio do Município de Jaguaré no exercício de 2021.

Balanco Patrimonial			
Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Ativo Circulante	61.901.571,08	Passivo Circulante	22.524.514,93
Ativo Não Circulante	110.278.575,47	Passivo Não Circulante	7.931.534,75
		Patrimônio Líquido	141.724.096,87
Total Ativo	172.180.146,55	Total Passivo	172.180.146,55

Quadro 07 – Balanço Patrimonial

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes			
Ativo Financeiro (a)	56.423.842,61	Passivo Financeiro (b)	15.624.866,51
Ativo Permanente	115.756.303,94	Passivo Permanente	23.014.139,92
Total do Ativo (I)	172.180.146,55	Total do Passivo (II)	38.639.006,43
Saldo Patrimonial (I – II)			133.541.140,12
Superavit Financeiro (a – b)			40.798.976,10

Quadro 08 – Superavit Financeiro

Demonstra-se o resultado financeiro superavitário no exercício de 2021, na forma do Quadro 08 – Superavit Financeiro, em conformidade com o Balanço Patrimonial e Demonstrativo da Dívida Flutuante, integrantes da Prestação de Contas Anual que ora se apresenta.

Da Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, que são resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

O Resultado Patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Diminutivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Demonstração das Variações Patrimoniais			
Variações Patrimoniais Aumentativas		Variações Patrimoniais Diminutivas	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.047.717,82	Pessoal e Encargos	74.089.363,11
Contribuições	0,00	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	25.270.245,20	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	42.012.517,32
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.785.609,76	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	336.931,09
Transferências e Delegações Recebidas	116.002.268,91	Transferências e Delegações Concedidas	12.886.764,98
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	213.963,99	Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	38.283.186,95
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	380.351,37	Tributárias	1.452.072,72
		Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00
		Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.205.848,63
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	157.700.157,05	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	173.266.684,80
Resultado Patrimonial do Período (I – II)		-15.566.527,75	

Quadro 09 – Demonstração das Variações Patrimoniais

GESTÃO FISCAL

Da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Atendendo ao disposto no art. 212 da CF/88, o Município de Jaguaré aplicou em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no exercício de 2021, o percentual de 29,1% da receita resultante de impostos.

Igualmente respeitando o art. 212-A, aplicou o percentual de 70,59% em Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, o percentual de 98,84% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil, assim como aplicou o percentual de 19,18% desta Complementação em Despesas de Capital, conforme Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE, emitido pelo Sistema CidadES.

Da Aplicação em Ações de Saúde

Atendendo a Lei Complementar 141/2012, o Município de Jaguaré aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde no exercício de 2021, o percentual de 26,96% da receita resultante de impostos, conforme Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS, emitido pelo Sistema CidadES.

Da Despesa com Pessoal

Atendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município de Jaguaré limitou seus Gastos com Despesa de Pessoal no exercício de 2021, em 42,84% da Receita Corrente Líquida. Sendo o percentual de 40,76% para o Poder Executivo e 2,08% para o Poder Legislativo, conforme Sistema CidadES.

Da Contratação de Operação de Crédito e Antecipação de Receita Orçamentária

No exercício de 2021 fora contratada Operação de Crédito representando o percentual de 2,33% da Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites de Endividamento, respeitando portanto, o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Acrescenta-se que neste exercício não fora contratada Antecipação de Receita Orçamentária.

BOA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Como ferramentas que contribuem para essa questão, destacamos, dentre outras as seguintes providências:

- Seleção das despesas essenciais e postergação dos gastos não prioritários;
- Promoção da transparência das ações governamentais por meio da ampla divulgação das Prestações de Contas, dos Relatórios da Execução Orçamentária e da Gestão Fiscal; e
- Efetivação de Ações de Governo através de peças de planejamento mais condizentes com a nossa realidade.

CONCLUSÃO

Esta administração pode perceber diante dos atos registrados na contabilidade deste órgão que os limites estabelecidos por lei foram cumpridos e as publicações dos atos foram feitos dentro do prazo estabelecido em Lei.

O Município de Jaguaré coloca-se à disposição da população e dos demais interessados nestes dados, além de estar sempre pronto a prestar esclarecimentos que a sociedade julgue necessário.

MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM

Prefeito